

OS GÊNEROS LITERÁRIOS: *ENTRE O UNIVERSALISMO E O NOMINALISMO*

Ronald Silva Robson

Mestrando em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (UERJ)

ronaldsrobson@gmail.com

RESUMO

Os mais recentes manuais de teoria da literatura tendem a omitir parcial ou até integralmente a discussão de uma das questões críticas mais antigas: a dos gêneros literários. Manuais de mais longa data, contudo, levam a ver, por trás das teorias dos gêneros, a disputa epistemológica mais ampla entre universalistas e nominalistas, oposição que se mostra didática nos casos de Ferdinand Brunetière e Benedetto Croce. A aparente impossibilidade de solucionar tal embate pode ser encontrada em outras abordagens, como na concepção de Emil Staiger dos gêneros como “visões de mundo” e na distinção de Gérard Genette entre “gêneros” e “arquitextos”.

PALAVRAS-CHAVE: Gêneros Literários, Epistemologia, Nominalismo, Ferdinand Brunetière, Benedetto Croce.

ABSTRACT

The most recent manuals in literary theory exhibit the trend of overlooking partial or even totally the discussion of one of the most antique critic issues: that of literary genres. Nevertheless, elder manuals show behind the literary genre theory the broader epistemological argument between universalists and nominalists, argument stressed in a didactic way in the cases of Ferdinand Brunetière and Benedetto Croce. The apparent impossibility of solving this opposition could be found in another species of treatment, such as the Emil Staiger's conception of the genres as “world's views” and the Gérard Genette distinction between “genres” and “architexts”.

KEYWORDS: Literary Genres, Epistemology, Nominalism, Ferdinand Brunetière, Benedetto Croce.

Mais de dois milênios após escrita a *Poética* de Aristóteles – a primeira reflexão metódica a respeito – e quase um século após as primeiras formulações especializadas que viriam a ser fundamentais para a formação da teoria da literatura – na qual muito se estudou o assunto –, uma questão remanesce: afinal, em que consiste o problema dos gêneros literários? Ou, caso se queira perguntar de outro modo: qual a natureza intelectual dos dilemas que essa questão nos propõe?

Se consultarmos aquele que é hoje o “livro-texto” de maior sucesso nos departamentos de letras (sobretudo nos anglo-saxões), o manual de *Teoria da Literatura* de Terry Eagleton, acabaremos por acreditar que tal questão, tão antiga quanto a literatura ocidental (se datarmos esta de desde os gregos antigos), é não só coisa ultrapassada, mas coisa indigna mesmo de que se lhe dê a mais mínima atenção: pois, embora continuemos a falar de “poesia”, “romance” ou “tragédia”, não se encontra no manual de Eagleton sequer uma entrada para o assunto em seu índice remissivo – isso, para não citar seu sumário. Tudo o que podemos esperar em abordagem do assunto vem apenas de forma lateral e indireta, no capítulo dedicado a “Fenomenologia, hermenêutica, teoria da recepção”, em especial na seguinte passagem:

Para ler, precisamos estar familiarizados com as técnicas e convenções literárias adotadas por uma determinada obra; devemos ter certa compreensão de seus “códigos”, entendendo-se por isso as regras que governam sistematicamente as maneiras pelas quais ela expressa seus significados (EAGLETON, 2006, p. 178).

O leitor familiarizado com as principais questões teóricas da teoria da literatura nas últimas décadas logo reconhece aí um discurso alinhado à chamada “teoria da recepção”; e, de fato, a passagem vem em meio a comentários a um dos expoentes dessa vertente teórica, Wolfgang Iser. Sem atribuir a este sua posição, mas partindo dele, Eagleton leva à radicalidade a concepção de que determinados “códigos” pelos quais interpretamos as obras literárias – e é de se supor, embora ele não o afirme, que os gêneros entrariam na categoria – são de natureza puramente convencional. Tais “códigos” ademais seriam não apenas convenções, mas ainda construções ideologicamente orientadas, já que o autor acredita que a “estrutura de valor, em grande parte oculta, que informa e enfatiza nossas afirmações, é parte do que entendemos por ‘ideologia’” (IDEM, 2006, p. 22). A compreensão interna e geral de seu manual, portanto, permite supor – enfatizamos: permite apenas supor, pois a obra nem reconhece importância no assunto e passa ao largo dele – que o autor veria nos

gêneros literários um falso problema, um problema artificial: os gêneros seriam apenas construções, elementos convencionais, a refletir em um determinado momento histórico uma determinada ideologia.

Para que não nos fiemos em apenas um único tratadista cuja influência tenha sido não só considerável como também recente, vejamos também o que Jonathan Culler nos informa a respeito. No capítulo que dedica à retórica, à poética e à poesia em seu manual, o professor da Cornell University escreve: “O que são os gêneros e qual o seu papel? Termos como *épica* e *romance* são simplesmente maneiras de classificar as obras com base em semelhanças grosseiras ou eles têm funções para os leitores e escritores?” (CULLER, 1999, p. 75, grifos do autor).

Diferentemente do que encontramos no texto de Terry Eagleton, aqui, com Culler, já nos deparamos com alguma indagação no sentido de em que consistem, enfim, os gêneros literários, se são fenômenos de ordem natural ou puramente artificial. Ele, contudo, não responde à pergunta que faz, contentando-se com notar que, para os leitores, os gêneros podem ser “conjuntos de convenções e expectativas” (se lemos um romance policial, procuramos por pistas de um crime; se um poema, atentamos para metáforas e sonoridades etc.), após o que passa a fazer uma magra resenha histórica de algumas noções concernentes aos gêneros, em especial a poesia lírica (IDEM, 1999, p. 76).

Se o autor não oferece solução para o problema da validade ou não de se falar em gêneros literários, pelo menos o registra.

Estes dois manuais recentes, sob esse aspecto, em muito diferem de outros mais antigos da matéria. Apreciemos em ordem cronológica alguns tratados mais antigos, portanto, a fim de verificar outras possíveis abordagens.

De 1944, o manual de Antônio Soares Amora, que apesar do seu título de *Teoria da Literatura* ainda possui alguns traços de manual de retórica escolar, estrutura-se de acordo com a própria noção de gênero literário, o que dá a entender que estudar literatura é, em grande medida, fazer uma anatomia da lírica, da épica e do drama, por exemplo. Efetivamente, no capítulo quarto, de “Síntese dos elementos da obra literária”, o autor afirma que uma das principais preocupações da “ciência literária” com respeito aos gêneros

era a investigação de “se os gêneros e as espécies literárias são uma realidade objetiva e preexistente à atividade criadora” (AMORA, 1965, p. 149). E à frente diz mais ainda:

No último Congresso Internacional de História Literária Moderna [Oslo, 1928] houve quem aproximasse as discussões sobre os gêneros literários da Questão dos Universais, na Idade Média, pois alguns congressistas puseram em debate esta tese: o gênero literário é um conceito abstrato ou uma realidade objetiva? (IDEM, 1965, p. 151, grifo do autor).

Mais à frente comentaremos melhor a chamada “questão dos universais”, mas por ora apenas consideremos um posicionamento sintético de Antônio Soares Amora sobre o assunto:

Para nós, que defendemos um conceito novo de gênero literário – gênero literário é a combinação de um tipo de forma, com um tipo de conteúdo e um tipo de composição – o gênero não é um conceito abstrato sem base na realidade objetiva, pois qualquer obra é sempre a expressão de determinado gênero literário (IDEM, 1965, p. 151, grifo do autor).

Com efeito, aqui encontramos um tipo de formulação bastante explícita do que Jonathan Culler só insinua e do que Terry Eagleton, se tanto (pois nem parece proposital), elide: no manual deste, os gêneros podem no máximo ser concebidos como um aspecto de dois problemas mais amplos, o das convenções de recepção da obra literária e o das convenções ideologicamente sustentadas em um meio social; já no manual do primeiro, podem ser concebidos como uma questão puramente metodológica (a procedência ou utilidade de certas classificações didáticas). Amora, diferentemente de ambos, já nos fala de uma natureza propriamente epistemológica do problema dos gêneros literários: a própria noção lógica de “gênero”, se aplicada a um determinado tipo de entes (os literários), é defensável?

Esta, enfim, é uma posição bastante disseminada nos manuais mais antigos de teoria da literatura – ou manuais que se pretendiam tanto, como é o caso do livro de Amora. Também de “ciência literária” e com perfil de análise morfológica e estilística, mas já com elementos da recém-estabelecida teoria da literatura (a publicação é de 1948), o livro *Análise e Interpretação da Obra Literária*, de Wolfgang Kayser, encaminha-se igualmente nesse sentido. O autor se preocupa, antes de oferecer seu esquema dos gêneros, com apontar os principais tipos de abordagem da questão ao longo da história, referindo especialmente a “designação dos grupos” de obras literárias como “princípios de formação

de espécie absolutamente diversos”, uns desses princípios sendo “externo-formais”, outros abrangendo o “conteúdo” (KAYSER, 1958, p. 520, tradução nossa). Além de falar em “princípios de formação”, expressão que interessa à questão que nos propomos aqui, o tratadista alemão ainda se refere à “novela” e à “canção”, por exemplo, como sendo “designações de estruturas determinadas por uma lei de construção imanente e uniforme” (IDEM, 1958, p. 520, tradução nossa). Ao fim de sua obra, Kayser remata essa sua posição com uma petição de princípio metodológica: “De nossa parte, opinamos que é principalmente a reflexão sobre o genérico que nos conduz às – não tememos a expressão – leis eternas pelas quais se rege a obra poética” (KAYSER, 1958, p. 621).

Se não formula o problema de forma tão óbvia quanto Antônio Soares Amora, Wolfgang Kayser não deixa, contudo, de supô-lo. As suas asserções – inclusive a própria seleção vocabular – são inequívocas até mesmo acerca da posição que adota frente ao assunto: ao falar em “princípios de formação” das obras literárias, em “estruturas determinadas por uma lei de construção imanente e uniforme” e, sobretudo, em “leis eternas” das obras, Kayser mostra ter consciência de uma questão fundamental ao problema dos gêneros – sua realidade ou irreabilidade lógica – e se revela um defensor da existência dos gêneros enquanto tais, estes não sendo apenas “códigos” convencionais (como diria Eagleton) nem apenas “maneiras de classificar as obras” (como diria Culler).

O manual que consagrou a teoria da literatura como disciplina, de autoria de René Wellek e Austin Warren (doravante referidos como Wellek-Warren), também é inequívoco a esse respeito. Muito distante do propósito de oferecer ferramentas de morfologia literária, retórica e estilística com que o estudante pudesse partir de análises de metros até chegar à análise de composições mais amplas e propriamente unitárias, tais um drama (propósito esse de Wolfgang Kayser, por exemplo), Wellek-Warren propõe uma reflexão que poderíamos chamar de segundo grau ou, ainda, de metalinguística: ela já pressupõe o conhecimento do aparato retórico antigo e das contribuições da moderna crítica literária em suas diversas correntes. Daí que este *Teoria da Literatura* não se estruture de acordo com a análise dos gêneros, como fazem Amora e Kayser. Ao contrário, só um capítulo lida diretamente com o assunto, mas o faz indo diretamente ao cerne do problema, como as passagens a seguir dão a ver:

Será a literatura uma coleção de poemas, peças e romances individuais que partilham um nome em comum? Respostas nominalistas do tipo foram dadas em nosso tempo, especialmente por Croce. Mas sua resposta, embora compreensível enquanto reação contra extremos de um autoritarismo clássico, não se mostrou profícua em fazer justiça aos fatos da vida e história literária.

O gênero literário não é apenas um nome, pois a convenção estética de que uma obra participa molda o seu caráter (WELLEK, WARREN, 1976, p. 226, tradução nossa).

A teoria dos gêneros literários é um princípio de ordem: classifica a literatura e a história literária não por tempo ou lugar (período ou língua nacional), mas através de tipos de organização ou estrutura especificamente literários (IDEM, 1976, p. 226, tradução nossa).

A questão dos gêneros, é evidente, levanta questões centrais à história literária e à crítica literária e à inter-relação entre elas. Põe, em um contexto especificamente literário, as questões filosóficas concernentes à relação entre a classe e os indivíduos que o compõem, o um e o múltiplo, a natureza dos universais (IDEM, 1976, p. 237, tradução nossa).

Temos aí uma aproximação direta ao que a essa altura, dada a coerência das formulações e a relativa autoridade dos formuladores, podemos dizer ser a verdadeira natureza do problema dos gêneros literários: a “relação entre a classe e os indivíduos”, “o um e o múltiplo”, a “natureza dos universais”, enfim, o que supõe tanto a postura nominalista que o estudioso pode ter diante do problema quanto a postura oposta, a saber, a do universalista.

Um último depoimento a respeito, este do tratadista português Vítor Manuel de Aguiar e Silva, invocamos. Em seu manual de *Teoria da literatura*, ele afirma logo à entrada do capítulo sobre os gêneros:

O conceito de gênero literário tem sofrido múltiplas variações históricas desde a antiguidade helênica até aos nossos dias e permanece como um dos mais árduos problemas de estética literária. Aliás, o problema dos gêneros literários conexas-se intimamente com outros problemas de fundamental magnitude, como as relações do individual e do universal (...), a existência ou inexistência de regras (AGUIAR E SILVA, 1976, p. 205).

Com isso, cremos ter elementos suficientes para afirmar que, embora o problema dos gêneros possa levantar uma série de outras questões – como a da “existência ou inexistência de regras”, a dos “códigos” convencionais de recepção e a do ordenamento metodológico da produção literária para fins de estudo –, sua natureza primeira reside nas “relações do individual e do universal”, historicamente situável na contenda entre universalistas e nominalistas.

A esta altura, podemos retomar a questão dos universais de que falou Antônio Soares Amora, a fim de aclará-la, e passamos logo a fazê-lo recordando uma pergunta eloquente de um crítico: “Que é *Os Sertões*?”.

O que a pergunta tem de lacônica tem também de instigante, e ao ensaio que abre com essa indagação o crítico Franklin de Oliveira deu o título de “Um problema de ontologia literária” (OLIVEIRA, 1983, p. 13). A adequação desse título e sua perspicácia, o autor logo as garante nesta passagem que, se um tanto longa, é entretanto de leitura relevante para o nosso assunto:

O grande livro de Euclides, monumento da coluna ibero-americana e não só soberbo documento da civilização brasileira, continua sendo opus sem carteira de identidade. A natureza do seu ser, enquanto obra literária, permanece há oitenta anos indecifrada. É impressionante verificar como sua realidade ontológica persiste incapturável pela análise literária. Desde José Veríssimo, historiadores, críticos e ensaístas não conseguiram penetrar sua essência íntima e, conseqüentemente, defini-lo. Apesar da imensa bibliografia suscitada pelo livro monumental, ainda é questão aberta saber-se a que gênero pertence, em que categoria se inscreve. E não se diga que esta é uma questão despicienda, um problema aleatório, em torno do qual se possa dar a volta por cima, ou porque o consideremos irrelevante, ou porque estampilhemos os gêneros como meros esquemas professorais, repertórios de regras didáticas ou simples convenções.

Todo um capítulo de epistemologia literária – os gêneros participam da teoria do conhecimento literário – não pode ser lançado ao mar como carga teórica inútil simplesmente porque, à hora em que interrogamos as estruturas ônticas de um livro, em que indagamos a índole de sua substantividade artística, perquirimos o que ele é e em que se constitui, esse livro possa parecer rebelde aos cânones que enformam a própria teoria literária, em particular às leis da preceptiva, sob cuja regência as obras se organizam (IDEM, 1983, p. 13).

Frisemos esta afirmação do crítico: “os gêneros participam da teoria do conhecimento literário”. Isso, enfim, é apenas uma afirmação mais genérica do que há pouco verificamos, ou seja, que os gêneros nos remetem à questão do modo como o universal e o particular se relacionam. Como se dá, contudo, a formulação explícita da querela de ordem filosófica – e metodológica, claro – que está por trás de tal “problema de ontologia literária”?

Como este trabalho não é de escopo filosófico, mas pretende apenas sumariar um conjunto de elementos em torno da natureza do problema dos gêneros, é-nos suficiente tomar esta formulação sucinta que Julián Marías oferece da questão dos universais *grosso modo*:

Os universais são os gêneros e as espécies e se opõem aos indivíduos; a questão é saber que tipo de realidade corresponde a esses universais. Os objetos que se apresentam a nossos sentidos são indivíduos: este, aquele; em contrapartida, os conceitos com que pensamos esses mesmos objetos são universais: o homem, a árvore. As coisas que temos à vista são pensadas mediante suas espécies e seus gêneros; qual a relação desses universais com elas? Em outras palavras, em que medida nossos conhecimentos se referem à realidade? Coloca-se, portanto, o problema de saber se os universais são ou não coisas, e em que sentido. Da solução que se dê a essa questão depende a idéia que teremos do ser das coisas, por um lado, e do conhecimento, por outro (MARÍAS, 2004, p. 143).

O realismo é a posição dos que afirmam a existência do universal no particular; o nominalismo, a dos que afirmam a existência do particular em detrimento do universal (IDEM, 2004, p. 144-145). O termo “realismo”, à primeira vista, talvez não seja o mais adequado quando tomamos o problema dos universais aplicado à literatura. Como veremos mais à frente, a defesa do ponto de vista realista consiste em tomar partido da universalidade de determinadas formas literárias. Com isso, poderíamos, por seleção didática, trocar o termo “realismo” por “universalismo”, com o que a oposição passaria a ser entre universalistas e nominalistas (como, aliás, já grafamos anteriormente neste artigo).

Importa notar, adicionalmente, que a oposição entre universalistas e nominalistas, posta em tais termos, subentende uma compreensão dos gêneros literários que Anatol Rosenfeld chamaria “substantiva” e oposta à compreensão “adjetiva”: universalistas afirmariam que o gênero é uma substância; nominalistas o negariam. Daí que o emprego do “significado substantivo dos gêneros” estaria próximo da visão universalista, a saber, a de que os gêneros são formas ideais realmente existentes, quase que independentemente das obras literárias específicas; ao passo que a compreensão “adjetiva” estaria ligada à noção de “traços estilísticos de que uma obra pode ser imbuída em grau maior ou menor, qualquer que seja o seu gênero (no sentido substantivo)” (ROSENFELD, 2011, p. 18).

Como se vê, o universalismo e o nominalismo, em seu confronto na teoria dos gêneros literários, podem não ser tão puros assim: pode até ocorrer de alguns autores acreditarem que o “lírico”, o “épico” e o “dramático” representem, cada um, visões de mundo particulares, sendo possibilidades permanentes da existência humana (o que se poderia, em alguma medida, chamar de uma posição universalista), mas ao mesmo tempo acreditarem que traços estilísticos da lírica, da épica e do drama possam indiferentemente surgir nas mais variadas obras (o que se poderia, também em alguma medida, chamar de

uma posição nominalista). Esta, aliás, é manifestamente a visão que Emil Staiger tem do assunto (STAIGER, 1997, p. 15).

O fato de que uma visão complexa do assunto desautorize posturas simples e radicais – a do puro universalista, a do puro nominalista – não significa que uma compreensão mais aguda do problema possa prescindir de reflexões que, porque muito radicais, chegam a ser didáticas. Finalizemos, pois, com breve notícia de uma contenda entre dois “radicais”.

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, as posições do universalista e do nominalista foram enunciadas de forma que, hoje, podemos considerar paradigmáticas (SOARES, 1993, p. 14-15). A primeira delas (datada de 1889), em defesa do gênero como uma “substância” real, foi a do historiador da literatura e crítico Ferdinand Brunetière; a segunda (datada de 1902), em defesa da irreabilidade formal dos gêneros, a do historiador e filósofo Benedetto Croce.

Brunetière afirma que “um gênero nasce, cresce, atinge sua perfeição, declina e, enfim, morre!” (BRUNETIÈRE, 2011, p. 382). Ele o toma, à imagem dos objetos das ciências naturais, como um organismo vivo e que remanesce substantivamente de maneira quase que a-histórica. E, mesmo quando situa um determinado gênero no decorrer histórico, a ponto de apontar até mesmo sua “morte”, ele está a descrever as atualizações de notas que constavam potencialmente no gênero substantivo enquanto tal. Daí, por exemplo, ele falar do “romance”, que primeiro assume a forma da “epopeia” ou da “canção de gesta”, como vindo a tomar a feição das “memórias” e “crônicas”, em seguida a dos romances fabulares da linha de Tristão e Isolda, para depois chegar ao “romance épico” (IDEM, 2011, p. 379). A visão substancialista e quase biológica dos gêneros, na visão do autor, propiciaria até uma investigação de caráter científico e da maior exatidão: “depois das relações genealógicas ou estéticas entre essas formas, quais são, se há, suas relações científicas?”. E pergunta ainda: “há leis que governam essa sucessão? E, essas leis, de onde podemos tirá-las?” (IDEM, 2011, p. 380).

Benedetto Croce, como a responder à concepção de Brunetière, que se tornara hegemônica à época, irá afirmar a individualidade irreduzível das obras literárias. Em suma, ele defende que afirmar a existência de gêneros literários parte de um “erro intelectualista” que sobrepõe um conceito (um esquema lógico) a uma expressão literária individualíssima:

O erro começa quando do conceito se quer deduzir a expressão ou no fato substituinte encontrar as leis do fato substituído; quando não se percebe a diferença entre o segundo grau e o primeiro e, por conseguinte, achando-nos no segundo cremos estar no primeiro. Recebe este erro o nome de teoria dos gêneros artísticos ou literários (CROCE, 1969, p. 121, tradução nossa).

Ambas as posições, a de Brunetière e a de Croce, poderiam ser acusadas de pecar pelo excesso na defesa de suas perspectivas, e há tratadistas que de fato o fazem. Eis os juízos de um deles sobre as formulações de Brunetière e Croce, respectivamente:

É indubitável que, entre as teorias expostas, a de Brunetière aparece como a mais largamente errônea e arbitrária, pois não só aniquila totalmente a obra enquanto individualidade, submetendo-a em absoluto à essência do gênero, como também transfere, de modo simplista e sem qualquer demonstração legitimadora, o conceito de evolução das ciências biológicas para o domínio da história literária (AGUIAR E SILVA, 1976, p. 222).

A doutrina de Croce, porém, parece-nos sofrer de um radicalismo igualmente criticável, enquanto nega qualquer possibilidade de fundamentar o gênero literário na realidade da própria obra. Como afirmamos já, ao analisar a natureza e os objetivos da teoria da literatura, a singularidade de cada obra literária não se identifica com um isolamento absoluto e monádico, pois a singularidade do escritor só pode ser comunicada através de mediações de relações e estruturas gerais que constituem as condições de possibilidade da experiência literária (IDEM, 1976, p. 222, grifo nosso).

Recolhemos essas apreciações de Vítor Manuel de Aguiar e Silva apenas a título de ilustração, já que, como é evidente desde o princípio deste artigo, importa-nos a questão da natureza dos gêneros literários, e não a solução que este ou aquele autor deu ao problema de como os gêneros se organizam.

Por fim, cabe observar que esses polos extremos de posicionamento crítico com relação à natureza do problema dos gêneros – de um lado, um universalismo irreduzível; do outro, um nominalismo igualmente irreduzível – não só podem ser aproximados e a tensão entre eles, se não aplacada, pelo menos atenuada (como no caso de Emil Staiger), como há também a possibilidade de propor o problema em outra chave: os gêneros historicamente formados teriam sua conformação orientada de acordo com preceptísticas ou outros elementos que, em si mesmos, nada possuiriam de universais e, ao contrário, seriam produtos desta ou daquela época; contudo, as possibilidades de arranjo dos elementos mais básicos de uma obra literária seriam regidas por princípios de ordem diversa, os quais – estes, sim – teriam alguma universalidade na medida em que seriam inescapáveis ao homem.

Ou seja: trata-se do projeto de investigar não os gêneros, mas o que torna possível a emergência do que, bem ou mal, chamamos de gêneros. É a passagem do estudo do texto ao estudo do “arquitexto”, termo cunhado por Gérard Genette (GENETTE, 1986, p. 157). “Mimése” (princípio de representação e presentificação de uma obra) e “diégese” (princípio de distanciamento e de orientação narrativa) seriam mais importantes ao estudo do “arquitexto”; ou, ainda, de igual importância seriam as relações entre os tipos de enunciado do autor em uma obra e as modalidades de relação temporal que instauram entre homem e mundo, como em associações como lírico/presente, épico/passado e drama/futuro (IDEM, 1986, p. 128).

Se uma abordagem como essa escapa, de saída, do enrijecimento metodológico entre o universalismo e o nominalismo tais e quais, não escapa do “problema de ontologia literária” tout court: ora, em que sentido, por exemplo, “mimése” e “diégese” não seriam projeções indevidas da consciência humana sobre fatos que, em si, são individualíssimos? O problema, enfim, está aqui apenas repostado em outro nível – e prossegue um incômodo aos teóricos que dele se ocupam.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.
- AMORA, Antônio Soares. *Teoria da Literatura*. São Paulo: Editora Clássico-Científica, 1965.
- BRUNETIÈRE, Ferdinand. “A evolução dos gêneros na história da literatura”. In: SOUZA, Roberto Acízelo de (org.). *Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)*. Chapecó: Argos, 2011.
- CROCE, Benedetto. *Estética como ciencia de la expresión y Lingüística general*. Traducción de Manuel Belloni. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1969.
- CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- GENETTE, Gérard. “Introduction à l’architexte”. In: GENETTE, Gérard et al. *Théorie des genres*. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- KAYSER, Wolfgang. *Interpretación y análisis de la obra literária*. Traducción de D. Mouton y V. G. Yebra. Madrid: Editorial Gredos, 1958.

MARÍAS, Julián. *História da Filosofia*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, Franklin de. *Euclydes: a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ROSENFELD, Anatol. *O Teatro Épico*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SOARES, Angélica. *Gêneros Literários*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

STAIGER, Emil. *Conceitos Fundamentais da Poética*. Tradução de Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

WELLEK, René; WARREN, Austin. *Theory of Literature*. Great Britain: Penguin Books, 1976.

Como citar este artigo:

ROBSON, Ronald. Os Gêneros Literários: Entre o Universalismo e o Nominalismo. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 18, jul.-ago. 2014, p. 265-276. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num18/estudos/palimpsesto18estudos13.pdf>. Acesso em: **dd mm. aaaa**. ISSN: 1809-3507